

A categoria *pensamento* em Skinner

Resumo:

Conquanto o Behaviorismo Radical tenha se erguido a partir de uma crítica fundamental ao mentalismo como modelo explicativo, a obra skinneriana nunca abandonou o uso dos termos mentais. Argumenta-se, nesse estudo, que o pensamento pode ser objeto legítimo das reflexões comportamentalistas, se for entendido como uma palavra que possui um critério definido de uso em uma comunidade verbal específica. Foi examinado o uso da palavra “pensamento” na obra skinneriana, especificamente com relação a Eventos Privados, Comportamento Verbal e Estímulos Pré-correntes. Os resultados demonstraram que, não obstante as diversas possibilidades de correlação, o termo Pensamento não pode identificar-se com nenhuma dessas categorias comportamentais, e os argumentos para tal assertiva foram extraídos a partir de uma análise epistemológica do Behaviorismo Radical como Filosofia do Comportamento. É discutida a viabilidade da utilização do termo Pensamento quando o comportamento verbal faz referência à totalidade das contingências atuantes no indivíduo, como proposto por Skinner no livro “O Comportamento Verbal”, sendo este o critério de uso conclusivo sugerido por este estudo. A discussão final cerca os novos estudos, que atestam a necessidade de o Behaviorismo Radical dedicar-se ao estudo dos termos mentais, e argumenta que o Behaviorismo, para manter a consistência de sua explicação sobre o comportamento, deve ser entendido também como Filosofia da Mente, propondo-se uma nova pesquisa que objetive a construção desse novo referencial a partir do referencial da Filosofia Analítica, como entendida por Gilbert Ryle.

Palavras-chave:

Behaviorismo radical; Pensamento; Epistemologia; Filosofia da Mente; Filosofia do Comportamento

Pensamento é, antes de qualquer análise efetivamente conceitual, uma palavra; uma palavra utilizada tanto nos meios acadêmicos quanto nos meios leigos, e que possui um certo critério de uso em cada comunidade verbal específica. O presente estudo procura estabelecer quais os critérios de uso dessa palavra na obra skinneriana.

Uma primeira objeção a esse propósito poderia ter sua gênese no seio da própria teoria behaviorista. Com efeito, o termo “pensamento” estaria corriqueiramente mais vinculado a uma noção mental do que comportamental. Então, se o Behaviorismo exclui o mentalismo como método de construção conceitual, como percebido na afirmação de Skinner: “*As explicações mentalistas acalmam a curiosidade e paralisam a pesquisa*” (Skinner, 1974:17), e debruça-se sobre o comportamento e suas variáveis de controle, qual a finalidade de um texto behaviorista que tem como objeto de estudo um termo de conotação mental?

¹. Tiago Alfredo, graduado em Psicologia pela FRB.

Parte da solução para tal problema está na dissociação entre o Behaviorismo “Metodológico” e o Behaviorismo “Radical”. A primeira modalidade citada trata-se de uma reflexão filosófica baseada na exclusão da nomenclatura mental, “*uma versão psicológica do positivismo ou do operacionismo lógico*” (Skinner, 1974:17), ou seja, dentre outras implicações, tudo que não pode ser observado e confirmado por dois ou mais observadores também não pode ser objeto da Ciência. Exclui-se, portanto, a mente como algo que não pode ser intersubjetivamente acordado, bem como quaisquer eventos que não possam obedecer ao critério de objetividade positivista.

Não obstante o rigor metodológico dessa corrente de pensamento, “*A maioria dos behavioristas metodológicos admitia a existência dos fatos mentais, ao mesmo tempo que os excluía de consideração*” (Skinner, 1974:18). Essa é uma forma de pensamento que Abib (2001) caracteriza como *metafísica materialista*, já que considera seu objeto de estudo como ontologicamente material e designa um campo mediacional como, precisamente, o “*fantasma na máquina*” (Ryle, 1984; Skinner, 1969), excluído como objeto de estudo da Ciência. Watson (1945) corrobora tal assertiva quando menciona:

“*En sus primeros esfuerzos por lograr uniformidad en el objeto y métodos, el conductista comenzó por plantear el problema de la psicología, barriendo con todas las concepciones medievales y desterrando de su vocabulario científico todos los términos subjetivos, como sensación, percepción, imagen, deseo, intención e inclusive pensamiento y emoción según los define el subjetivismo.*” (Watson, 1945:29)

Vale ressaltar que o próprio Watson conduz uma reflexão acerca do pensamento, considerando-o unicamente como um hábito laríngeo, um falar consigo mesmo com base ontológica material. Uma ontologia materialista relativa ao comportamento difere conclusivamente do método behaviorista, fundado por Skinner anos mais tarde.

O Behaviorismo Radical rompe fundamentalmente com o positivismo e o operacionismo lógico quando Skinner expõe os pressupostos diferenciais de sua filosofia, no ano de 1945, na

conferência “A Análise Operacional de Termos Psicológicos”, ocasião em que afirma:

“... enquanto o behaviorista radical pode em alguns casos considerar eventos privados (inferencialmente, talvez, mas mesmo assim de maneira significativa), o operacionista metodológico tem se colocado em uma posição onde ele não pode.” (Skinner, 1945:12)

E mais:

“... eu afirmo que minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever, embora não pública, e eu não vejo razão porque uma ciência objetiva e operacional não possa considerar os processos pelos quais um vocabulário de uma dor de dente é adquirido e mantido.” (idem)

A partir dessa conferência, tornou-se notório o esforço skinneriano em desconstruir o problema mente-corpo e reconstruir a *relação* mente-corpo (Abib, 2001). Seu livro “Sobre o Behaviorismo” (1974), bem como parte significativa de sua obra, aborda termos mentais como “propósito”, “vontade” e “pensamento” não como estruturas ou iniciadores do comportamento, mas como palavras que devem ser analisadas à luz de uma teoria comportamentalista. De fato, Skinner:

“...mostrou muito bem como é possível preservar a nomenclatura mental com outra referência conceitual e desde então dedicou grande parte de sua obra ao exame dos termos mentais” (Abib, 2001:27)

Com a definição acima, pode-se afirmar que é válido um esforço para tornar conspícuo o uso do termo “pensamento” na obra skinneriana, ainda que uma premissa inicial seja sobremaneira importante para dar prosseguimento a este estudo. Quando termos como “pensamento”, “mente” e “consciência” são encontrados nos escritos sobre o Behaviorismo Radical, torna-se impossível encontrar uma referência a estruturas ou “coisas” que correspondam a estes termos, sendo, esta premissa, fruto da própria noção comportamentalista do comportamento verbal.

O primeiro capítulo do livro “O Comportamento Verbal” (Skinner, 1957) inicia com uma descrição do conceito de comportamento operante, e é muito significativo que assim seja, pois, contrário ao que a maioria das teorias psicológicas afirma, o comportamento verbal é um comportamento com qualidades muito específicas, mas que não demanda uma análise que transcenda o tratamento dado ao restante do objeto de estudo da Psicologia. Partindo deste pressuposto, por que Skinner dedicaria um livro inteiro a apenas um tipo de comportamento?

Quando pegamos um copo d’água, ou abrimos uma porta, produzimos uma alteração no meio de forma mecânica e direta. Contudo, muitas vezes *“um homem age apenas indiretamente sobre o meio do qual emergem as conseqüências últimas de seu comportamento”* (Skinner, 1957:15). Pode-se notar a diferença quando pedimos um copo ao invés de manuseá-lo, ou quando ordenamos a um criado que abra a porta. Estas ações podem ser classificadas como “verbais” por agirem indiretamente sobre o meio, sem que, contudo, tenha existido qualquer relação impossível, epistemologicamente, de ser entendida como física. O conceito de comportamento verbal é diferenciado por necessitar de uma análise do repertório do falante e do ouvinte, concluindo que somente com a análise das contingências atuantes nas duas situações teremos um episódio verbal total. Estas propriedades peculiares demandam um estudo diferencial sobre essa classe de comportamentos, precisamente o esforço de Skinner em seu texto sobre comportamento verbal.

A gênese do comportamento verbal surge na criança a partir de uma comunidade verbal específica, e o material inicial a ser selecionado por essa comunidade advém da capacidade filogenética de emissões de sons pela criança, como dito por Skinner:

“Uma criança adquire comportamento verbal quando vocalizações relativamente não-padronizadas, reforçadas seletivamente, assumem gradualmente formas que produzem conseqüências apropriadas numa dada comunidade verbal” (Skinner, 1957:48)

Duas conseqüências surgem dessa afirmação. A primeira refere-se à ausência de uma linguagem anterior presente no indivíduo; a segunda pode ser entendida como a necessidade de uma mudança do sentido da palavra “significado” nas práticas verbais. Contudo, esta

segunda conseqüência merece mais algumas reflexões.

Em 1930, Wittgenstein (1999) redigiu suas “Observações Filosóficas” e empreendeu uma análise apurada sobre a linguagem e suas significações. Marcadamente, seus questionamentos perpassam, indiretamente, a noção skinneriana de comportamento verbal, visto que um dos tópicos que mais detêm Wittgenstein é a impossibilidade de encontrar a linguagem fazendo referências às “coisas”, premissa que é a base do quinto capítulo do livro “O Comportamento Verbal”, de Skinner, referente à análise da categoria verbal denominada Tato.

Para facilitar o entendimento dessas afirmações, consideremos como uma criança aprende a nomear um objeto como “bola”. Na presença do objeto específico, qualquer resposta da criança que se assemelhe à pretendida pelos pais é reforçada, como, por exemplo, “bo-bo” ou “bo-ba”, e, com o tempo, o reforço cedido pelos pais (sorrisos e afagos, por exemplo) faz-se diferenciado apenas a respostas que progressivamente se assemelhem à pretendida “bola”. Quando se obtém tal resposta, provavelmente a criança poderá chamar uma cúpula de vidro também de “bola”, mas certamente não receberá o reforço por parte dos pais. Estes exercerão um controle diferencial até que a criança só emita a resposta “bola” na presença do objeto “correto” em uma comunidade específica - a de seus pais.

O produto final, a resposta “bola” na presença do objeto definido, sugere a interpretação de que a criança estaria “se referindo a” ou “nomeando o objeto”. Contudo, ao constatar-se o processo descrito no parágrafo anterior, pode-se perceber que:

“A única relação funcional útil se expressa na afirmação de que a presença de um dado estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de uma dada resposta” (Skinner, 1957:108)

As palavras não se referem a “coisas”; estas são apenas a ocasião propícia para que uma fala específica seja reforçada, ou seja, não é possível encontrar um significado das palavras nos objetos. Wittgenstein resolve parcialmente a questão quando afirma que:

“É importante constatar que a palavra significação é usada incorretamente quando se

designa com ela a coisa que corresponde a palavra” (Wittgenstein, 1999:42)

A solução apresentada pelo autor é que *“A significação de uma palavra é seu uso na linguagem”* (Wittgenstein, 1999:43), embora seja incompleta na medida em que não explica como o uso determina a significação. Skinner vai além com a noção da trílice contingência e demonstra como um estímulo, uma resposta e um reforço são interdependentes no formato em que *“o estímulo, agindo antes da emissão da resposta, cria ocasião para que a resposta provavelmente seja reforçada”* (Skinner, 1957:107), finalizando a parte inicial deste estudo com a justificativa da primeira assertiva: *“Pensamento é, antes de qualquer análise efetivamente conceitual, uma palavra”*. Não há um significado para a palavra em questão que não esteja em um *“uso”* específico. Assim sendo, não há empecilhos para a investigação, segundo um paradigma behaviorista de um termo com conotação mental. Pelo contrário, a palavra *“pensamento”* tem sua significação em um uso específico, e nosso esforço é em tornar conspícuo o critério que guia esse uso na obra skinneriana.

Skinner (1953; 1957; 1974; 1968; 1969) fornece alguns usos que a palavra *“pensamento”* pode ter em comunidades verbais variadas. Não obstante, seu critério de adoção do vocábulo demanda uma coerência com os fundamentos epistemológicos do Behaviorismo Radical, esforço pretendido quando seleciona, dentre as tantas possibilidades, apenas algumas para análise. Efetivamente, nas obras já citadas, Skinner parte da premissa de que pensar é comportar-se, mas sugere que no vocabulário leigo, e mesmo no da psicologia tradicional, pode significar comportamentos mais específicos, como *“comportar-se em relação a estímulos”* (1968: 113); *“agir fracamente”* (1974: 91), dentre outras funções. Contudo, a análise efetiva desse termo fundamenta-se em poucas variações.

A definição de pensamento a que estamos mais acostumados decerto refere-se a:

“O ouvinte e o falante, quando são uma única pessoa, se engajam em atividades tradicionalmente descritas como pensamento” (Skinner, 1957: 26)

O comportamento oculto ou encoberto é um ganho fundamental da evolução da espécie

humana. Não obstante, seria leviano afirmar que somente a espécie humana possui essa adaptação ao meio, pois, de fato, não podemos ter acesso a essa classe de comportamentos em espécies não verbais pela própria definição de comportamento privado - sem o auto-relato, como saber se essa classe comportamental existe também em animais não verbais?

Em nossa comunidade verbal, “*o comportamento oculto tem a vantagem de podermos agir sem comprometer-nos*” (Skinner, 1974:92), bem como a possibilidade de rever o comportamento e poder rejeitá-lo, ou emití-lo, de forma modificada. Este seria um critério interessante para a noção de pensamento, ou seja, a identificação do comportamento que é oculto com o pensamento. Mas tal conceituação provocaria mais problemas do que soluções. Skinner é, epistemologicamente, um monista (Abib,1982). Ou melhor, não há espaço em sua argumentação para uma diferença de natureza entre o comportamento público e o privado. A única diferença entre estas duas formas de comportamento é o seu nível de acessibilidade, porque o comportamento privado, por definição, somente é acessível ao sujeito que se comporta. Como Skinner coloca:

“Não temos necessidade de supor que os eventos que acontecem sob a pele de um organismo tenham, por essa razão, propriedades especiais. Pode-se distinguir um evento privado por sua acessibilidade limitada mas não, pelo que sabemos, por qualquer estrutura ou natureza especiais” (Skinner, 1953: 281-282)

Então, se foi um erro do Positivismo Lógico e do Behaviorismo Metodológico negligenciarem a importância dos comportamentos privados, “*...seria um erro também não lhe reconhecer as limitações*” (Skinner, 1974:92). O pensamento é amiúde descrito como causa do comportamento, decerto porque no imaginário leigo e mentalista nos comportamos guiados por crenças, idéias, concepções e outras formas de pensamento que normalmente são encobertos, ou seja, estão “sob a pele” do organismo.

Pensar é comportar-se. No entanto, como esta palavra está corriqueiramente ligada a algo que possibilita determinadas formas de comportamento, se aceitarmos como critério para essa categoria apenas a sua topografia privada, estaremos contribuindo para o mentalismo que

coloca “dentro” do indivíduo a causa iniciadora do comportamento, precisamente o que Skinner se propõe a combater. Sustentando esse parâmetro, Skinner afirma, sobre o comportamento oculto:

“Ele está longe de ser um substituto adequado para as concepções tradicionais do pensamento. Ele não explica o comportamento manifesto: é simplesmente mais um comportamento a ser explicado” (Skinner, 1974:92)

A partir dessa citação, pode-se deduzir qual será o próximo passo a ser percorrido para entender a noção de pensamento na obra skinneriana, por que o autor, de forma conspícua, estabelece o que procurar: Pensamento parece ser algo que possibilita a ocorrência dos comportamentos. Desde já é possível notar um problema: esta conceituação implica uma mediação no comportamento, um elemento que talvez não corresponda à contingência habitual de reforço porque apenas possibilita que um comportamento seja reforçado, ainda que ele próprio pareça distante do reforço, tornando-se um campo delicado por ser palco das maiores discordâncias entre o Behaviorismo Radical e a Psicologia Cognitiva. Zettle (1990) sintetiza o “desafio cognitivo” ao behaviorismo fundamentado nessa dúvida da seguinte forma:

“... a proposição de que a psicologia cognitiva, com seu interesse pelos processos mentais, oferece uma explicação mais completa e adequada do comportamento humano do que aquela dada pela análise do comportamento.” (Zettle, 1990:1)

Seria insustentável, em uma perspectiva skinneriana, a adoção de crenças, regras e “pensamentos” como iniciadores do comportamento, mesmo porque estas palavras também são descritivas de comportamentos a serem explicados. Não obstante, parece ser necessária, para a construção do conceito de pensamento na obra de Skinner, uma mediação entre o estímulo e o comportamento com probabilidade de ser reforçado. Essa função mediacional, para manter a coerência com o sistema explicitado, deve ser de origem não mentalista - conclusivamente contra o erro cometido pelos behavioristas metodológicos.

Um exemplo parece ser bem adequado. Quando este estudo foi iniciado, o problema de

pesquisa foi o seguinte: “Qual a noção skinneriana de pensamento?” Para a resolução desse problema foi necessária a manipulação de algumas variáveis. Algumas tantas foram públicas (levantamento das obras do autor, controle do tempo gasto para a escrita) e outras tantas privadas (encadeamentos intraverbais, de argumentos lógicos). Este parece ser realmente um “exercício de pensamento”, a realização de uma cadeia complexa de comportamentos que possibilitam a um dado comportamento subsequente ser reforçado (o encontro da noção skinneriana de pensamento). Estes comportamentos são chamados de “preliminares” (Skinner, 1968) ou de “autogoverno” (Skinner, 1953). Um trecho do capítulo chamado “Ensinar a Pensar”, escrito por Skinner (1968), parece ser bastante completo na descrição dessa classe de comportamentos:

“Algumas partes de nosso comportamento alteram e melhoram a eficiência de outras partes no que pode ser chamado de autogoverno intelectual. Preparando com uma situação para a qual não há comportamento eficiente disponível (na qual não podemos emitir uma resposta que seja provavelmente reforçada), comportamo-nos de maneiras que tornam possível o comportamento eficiente (melhoramos nossas chances de reforço).” (Skinner, 1968:114)

Os comportamentos preliminares - a maior expressão do autogoverno intelectual - estão presentes na obra skinneriana como um critério de uso do termo “pensamento” e relacionam-se diretamente a uma noção de “problema” a ser resolvido. O pensamento, nesse sentido, ocorre sempre que existe um problema a ser resolvido, que, por sua vez, ocorre quando “*não é possível emitir, devido ao estado corrente de privação ou estimulação aversiva, uma resposta que é forte*” (Skinner, 1968:125). A mediação para a resolução de problemas é clara no texto skinneriano:

“Quando alguém resolve “mentalmente” um problema de aritmética, a proposição inicial do problema e a resposta aberta final só podem relacionar-se inferindo-se acontecimentos encobertos” [Skinner, 1957:516]

Fundamentados nessa noção ampla de problema, temos como exemplo de comportamentos que podem ser chamados preliminares o “lembrar” antes de dar uma resposta a alguém, o

“tomar uma decisão” entre dois caminhos e, mesmo, o “ter uma idéia” (que analisaremos um pouco à frente). Mas como se dá o reforço desses comportamentos? Skinner (1953) não se detém demoradamente nessa questão, mas deixa bem claro que

“... o tomar uma decisão, presumivelmente, aumenta a probabilidade de que a resposta finalmente feita consiga reforço máximo. A longo prazo, o resultado líquido pode ser o bastante para manter a probabilidade de emissão do comportamento de examinar a situação.” (Skinner, 1953:267)

Torna-se mais simples, no entanto, pensar sobre o reforço final aumentando a probabilidade de toda a cadeia comportamental, quando esta cadeia já está instalada. Que dizer da gênese desses comportamentos em um indivíduo? Essa é a preocupação de Skinner (1968), ao notar que embora um estudante possa aprender facilmente uma questão de matemática, sua maior dificuldade está em *aprender a aprender*.

A intenção deste estudo não é mostrar as técnicas sugeridas por Skinner para instalar o “pensar” em uma criança, mas fundamentar epistemologicamente conceitos referentes ao “pensamento”. Um trecho de Skinner esclarece essa questão:

“Ensinar um aluno a estudar é ensinar-lhe técnicas de autogoverno, que aumentem a probabilidade de que o que foi visto ou ouvido seja lembrado” [Skinner, 1968:122]

Com essa assertiva, podemos concluir que o comportamento preliminar deve ser aprendido com base numa contingência de reforço habitual, assim como todos os comportamentos. Antes de ser propriamente um comportamento que possibilita o surgimento de outros comportamentos, o preliminar deve ser instalado com base no reforço e estar estável o suficiente para ser mantido, posteriormente, pelo reforço de um comportamento subsequente. Ainda assim, parece restar uma dúvida: E o pensar encoberto, como pode ser aprendido? Atentemos à resposta do próprio Skinner:

“Tanto quanto sabemos, nada é jamais aprendido de forma encoberta que não tenha antes

sido aprendido abertamente, pelo menos de forma fragmentária. O ver encoberto pode, por isso, ser ensinado como ver abertamente” (Skinner, 1968:119-120)

O pensamento é uma mediação de origem e natureza comportamentais, ou seja, não há a necessidade de recorrer a um dualismo para entender os processos ditos cognitivos, a resolução de problemas ou mesmo a “construção” de argumentos lógicos. Seria absurdo, como nos lembra Ryle (1949), uma afirmativa do tipo: “Existem pensamentos e comportamentos”. De fato, o mais correto seria afirmar que “Existem pensamentos. Existem comportamentos”. Porque nem todo comportamento é pensamento, mas todo pensamento é comportamento.

O pensamento, nesse sentido, pode ser tanto público quanto privado. No entanto, o autogoverno intelectual ainda pode fornecer indícios de um comportamento original, ou mesmo não submetido à contingência de reforço. É comum a afirmação de que uma idéia original ou um pensamento novo é o que distingue o homem dos animais inferiores. Porém, apesar de o homem poder manipular seus níveis de privação, manipular estímulos que modifiquem seus comportamentos, alterar “intencionalmente” o contexto no qual está inserido, nenhuma dessas ações pressupõe uma “liberdade” implícita ou outros controladores para o comportamento. Mesmo no plano do raciocínio, ou do intelecto, que tanto define o ser humano, “o autocontrole se apóia, em última instância, nas variáveis ambientais que geram o comportamento controlador e, portanto, originadas fora do organismo” (Skinner, 1953:279). Diz-se que a contingência de reforço não pode “dar conta” do pensamento produtivo, das idéias que surgem como *insights* e mudam completamente a situação presente. A solução skinneriana para esse problema vai de encontro à maior parte das concepções humanísticas do pensamento:

“O homem tem agora um controle do mundo muito melhor do que seus ancestrais, e isto sugere um progresso nas descobertas e nas invenções, nas quais parece haver um forte elemento de originalidade. Mas poderíamos expressar o fato igualmente bem dizendo que o ambiente agora tem o homem muito melhor controlado.” (Skinner, 1953:280)

Ou seja, não seria válido ou, pelo menos, seria incompleto afirmar que o homem tem idéias

originais e isso modifica o ambiente. Efetivamente, o ambiente está em constante mudança, e as contingências, conseqüentemente, também, produzindo novos comportamentos. Na conclusão do próprio Skinner: *“Novas contingências regem novas formas de comportamento”* (*idem*).

É lugar-comum a busca de algo que defina o homem, que o diferencie de outros animais. Skinner (1992) afirma que a “inteligência consciente” é o critério mais utilizado, quando, na verdade, muitos dos comportamentos preliminares aqui definidos fazem parte da dotação genética do indivíduo, e a produção desses comportamentos - preliminares - em animais não-humanos é corrente na Análise Experimental do Comportamento (Skinner, 1974). Parece que não é ainda no pensamento que devemos buscar nosso diferencial para as outras espécies.

O processo de auto-estimulação, definido pelo comportamento preliminar, parece esbarrar em um conceito já estabelecido por Skinner: o do comportamento verbal. Na proposta skinneriana, o comportamento verbal é o comportamento mediado pela ação de um ouvinte, ou seja, um comportamento que propicia a ocorrência de um outro comportamento - por parte de um ouvinte - que reforce o falante. Que dizer então dessa conceituação quando o falante é o próprio ouvinte? O indivíduo “fala consigo mesmo”, com intraverbais “lógicos”, para subseqüentemente emitir uma resposta aberta, reforçada pela sua comunidade verbal. Então, que diferença há entre o comportamento verbal e o comportamento preliminar? Não parece existir uma saída plausível que não a de identificar o comportamento preliminar com o comportamento verbal. Não obstante:

“Em qualquer caso, apesar de o comportamento auto-estimulador poder ser, em certo sentido, necessariamente verbal, o comportamento verbal não precisa ser auto-estimulador” (Skinner, 1957:530).

A partir dessa constatação, Skinner analisa a premissa enunciada por Platão (apud Skinner, 1957) que identifica o pensamento com a fala. Apesar de em uma análise restrita grande parte dos comportamentos encobertos e abertos parecerem ser não verbais, na medida em que são preliminares assumem a função verbal. Ou melhor, o ver encoberto - ou lembrar -, que

possibilita a escolha entre dois caminhos, ainda que não seja aparentemente verbal, adquire a função verbal identificada como pensamento por ser mediador de um comportamento que subsequente tem alta probabilidade de ser reforçado.

Partindo dessa definição, qualquer comportamento pode ser verbal, o que leva Skinner a afirmar, sobre o resultado final de seu livro “O Comportamento Verbal”:

“Não há nada exclusivamente ou essencialmente verbal no material analisado nesse livro. Tudo faz parte de um campo mais amplo: o do comportamento...” [Skinner, 1957:537]

De sorte que afirmar que o Pensamento é comportamento verbal, por essa ampla caracterização, identifica as duas palavras e, portanto, uma delas perderá sua utilidade. Ou seja, se todo comportamento é pensamento, não é necessária a utilização da palavra “pensamento” numa análise skinneriana. Para que este termo subsista com uma função específica é necessário um passo além, mais uma possibilidade de uso. A última solução proposta por Skinner é aquela que adotaremos como conclusiva para este estudo:

*“O ponto de vista mais simples e mais satisfatório é o de que o pensamento é apenas **comportamento** - verbal ou não, encoberto ou aberto. Não se trata de nenhum processo misterioso responsável pelo comportamento, mas do próprio comportamento em toda a complexidade de suas relações de controle.” [Skinner, 1957]*

Não apenas uma resposta, mas o pensamento de um homem é a totalidade de seus comportamentos como um sistema de relações com o mundo. Não é a mera topografia, ou forma, ou conjunto de formas recorrentes - conceito tradicional de personalidade -, mas é todo o comportamento de um indivíduo “*ante seu ambiente extremamente complexo*” [Skinner, 1957:535]. É insuficiente para o estudo do pensamento de um indivíduo selecionar formas específicas de comportamento - aberto ou encoberto. No entanto, faz-se necessária a análise das contingências que controlam todo o repertório desse sujeito. Dessa maneira, o estudo do pensamento de um indivíduo muito pode prever do seu comportamento futuro em uma situação específica, ou seja, o Behaviorismo é uma filosofia do pensamento humano, visto que

se preocupa não com as formas que o comportamento adquire, mas com as funções que exerce no meio em que vive. Uma mera análise da topografia dos comportamentos não faz justiça a uma investigação behaviorista, que não pode, portanto, ser simplista ou mesmo mecanicista porque seu objeto de estudo é a relação ou o sistema de relações no qual o indivíduo se insere, determinando seus comportamentos. Uma ciência que se proponha a analisar a “personalidade” de um indivíduo, ou seja, os comportamentos recorrentes em determinadas situações, pouco acrescenta quando o objetivo é a predição do comportamento, sendo necessária uma análise daquilo que possibilita a esse comportamento ocorrer, em termos skinnerianos: da contingência.

Faz-se claro, na obra skinneriana, que a palavra “pensamento” não é utilizada quando existe a referência a reflexos, condicionados ou não. Excetuando-se essa distinção, o pensamento parece estar indissoluvelmente ligado ao comportamento como sistema de relações passíveis de análise, com conceitos e técnicas de uma ciência natural. Tal conceituação se torna evidente quando Skinner [1957] faz a seguinte afirmação:

“É óbvio que duas formas de respostas constituem ‘pensamentos’ muito diferentes quando emitidas sob circunstâncias diferentes. Mais ainda: alguns exemplos aparentes de comportamento verbal, exemplos que satisfazem todos os critérios formais, podem não ser absolutamente ‘pensamentos’.” [Skinner, 1957:535]

Em outras palavras, o que dirá se uma dada resposta pode ser caracterizada como um dado pensamento é a contingência em que ocorre. Por exemplo, há de se dizer que são formas muito diferentes do pensar de um ator quando improvisa uma fala em meio a um drama e quando pronuncia essa mesma fala repetida em outro dia de apresentação, só que dessa vez já incluída no roteiro. Conclusivamente, o pensamento é comportamento quando ação sujeita a análise, através das variáveis de controle.

CONCLUSÃO

Estudar o pensamento de um indivíduo não é um processo de investigação de uma instância mental; não é a identificação de formas específicas de comportamento que distinguem o homem dos outros animais e, sobretudo, não é a busca de um iniciador interno para os comportamentos. Tanto quanto percebemos nesse estudo, o pensamento não pode ser identificado com categorias comportamentais específicas, tais como “comportamento encoberto” ou “comportamentos preliminares”, uma vez que, embora tais definições sejam tentadoras, apresentam falhas epistemológicas, demonstradas ao longo do texto.

Estudar o pensamento é analisar as contingências de reforço que produzem todo o repertório de um indivíduo, fundamentando-se no que diferencia esse indivíduo dos demais da sua espécie e nas suas idiossincrasias, formuladas a partir de um controle diferencial do ambiente como sistema de relações. Tal análise não se apóia na mera descrição do comportamento, porque demanda uma análise das relações que estabelecem o controle do comportamento em sua totalidade. Sendo assim, atribuímos ao termo “pensamento” o valor da totalidade das contingências que operam no sujeito que se comporta. Portanto, estudar o pensamento de um indivíduo é uma tarefa impossível.

Quando nos propomos a estudar o pensamento de um grande pensador, como por exemplo o próprio Skinner, a primeira noção que deve permear nossa tentativa é a de que:

*“Quando estudamos grandes obras, estudamos o efeito sobre nós dos registros remanescentes do comportamento das pessoas. É o **nosso** comportamento com relação a tais registros que observamos; nós estudamos o nosso pensamento e não o deles.” [Skinner, 1957:537]*

Não obstante o fato de este estudo se propor a apenas um levantamento do que um pensador caracterizou como “Pensamento”, sempre será uma produção nova e sempre será o estudo do comportamento do próprio autor deste texto. No entanto, o conhecimento aqui produzido não é

inteiramente subjetivo, por que nas palavras do próprio Skinner:

“O conhecimento é subjetivo no sentido trivial de ser o comportamento de um sujeito, mas o ambiente, presente ou passado, que determina o comportamento, está fora desse sujeito.”
[Skinner, 1974:125]

O constante ataque à concepção do homem como ser distinto da natureza, construído pelo pensamento de Skinner, parece alcançar seu ápice nessa formulação. O pensamento é deslocado do interior do indivíduo para o ambiente e, com ele, mais uma vez, a ética naturalista, que tanto contribui para a inviabilização de uma ciência do comportamento humano que se apresente como tal.

O exercício de mostrar como um conceito mental pode fazer parte do seio da filosofia behaviorista parece responder a uma exigência dos novos estudos acerca do comportamento humano. Autores como Abib (2001), Bertrand Russell (2002) e Ryle (1984) trazem à tona a dificuldade de uma filosofia que possibilite uma teoria psicológica e mantenha-se à parte da análise da mente. Decerto, os psicólogos que se proponham a não lidar com os conceitos mentais seriam como sapateiros que não querem lidar com sapatos (Russell, 2002).

Não obstante, faz-se notadamente improdutivo tal exercício quando se percebe que, à parte da consideração de um único conceito mental em seu bojo, o Behaviorismo ainda não é entendido como uma filosofia da mente humana. Se, como afirmam Tripicchio & Tripicchio (2003), a filosofia da mente é a reflexão acerca da relação corpo/mente, urge que o Behaviorismo Radical seja entendido como tal.

Em tal empreitada, o arcabouço teórico da Filosofia Analítica, como entendida por Ryle (1984), parece fornecer subsídios suficientes para que um estudo mais profundo seja realizado com tal intenção, a saber, mostrar como, a partir de uma análise de categorias lógicas, o Behaviorismo Radical pode ser entendido como uma filosofia da mente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABIB, J. A. *Skinner, Materialista Metafísico? “Never Mind, no Matter”*. Em PRADO JÚNIOR (org.). *Filosofia e Comportamento*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ABIB, J. A. *Arqueologia do Behaviorismo Radical e o Conceito de Mente*. Em *Sobre o Comportamento e Cognição*. v. 7. São Paulo: ESETEC, 2001.

RUSSELL, B. *Do Elogio ao Ócio*. RJ: Editora Sextante, 2002.

RYLE, G. *The Concept of Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1949/1984.

SKINNER, B. F. *A Análise Operacional de Termos Psicológicos*. Em *Cumulative Record*. Appleton: New York. Trad. Hélio Guilhardi e Patrícia Queiroz, 1945/1961.

SKINNER, B. F. *Tecnologia do Ensino*. São Paulo: E. P. U., 1968/1972.

SKINNER, B. F. *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix, 1957/1978.

SKINNER, B. F. *Contingências do Reforço*. Em *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1969/1980.

SKINNER, B. F. *A Psicologia Pode Ser uma Ciência da Mente?*. *American Psychologist*, 45, 1206-1210. Trad. Hélio Guilhardi e André Jonas, 1992.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974/1996

SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1953/2000.

TRIPICCHIO, A. & TRIPICCHIO, A. C. *Teorias da Mente*. SP: Editora Tecmedd, 2003.

WATSON, J. *El Conductismo*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1945.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ZETTLE, D. R. *Comportamento Governado por Regra: uma Resposta do Behaviorismo Radical ao Desafio Cognitivo*. *The Psychological Record*, 40, 41-49. Trad. Hélio Guilhardi e Patrícia Queiroz, 1990.